E-book

Revisão de Véspera

TCE PR

Parte I - Cargo 2: Auditor de Controle Externo - Área Contábil

1

2

Revisão de Véspera TCE PR

Parte I - Cargo 2: Auditor de Controle Externo
Área Contábil

3

Contabilidade Geral

Prof. Silvio Sande

4

@prof.silviosande
/silvio.sande.5
t.me/profsilviosande

5

01. (CEBRASPE/PC-RO/2022)

São elementos das demonstrações contábeis que se referem ao desempenho financeiro de uma entidade:

a) ativos, passivos e patrimônio líquido.
b) receitas e despesas.
c) custo das mercadorias vendidas ou dos serviços prestados.
d) ativo financeiro e passivo financeiro.
e) variações patrimoniais qualitativas e quantitativas.

02. (CEBRASPE/ALECE/2021)

O evento que afeta diretamente o valor do lucro líquido apresentado na demonstração do resultado do exercício (DRE) de uma sociedade anônima é

a) a alienação de partes beneficiárias.
b) a declaração de dividendos a serem pagos aos acionistas.
c) a participação de empregados no lucro da entidade.
d) o adiantamento concedido a terceiros em razão de um serviço que será prestado no mês seguinte à entidade.
e) a amortização de parcela do saldo devedor de um empréstimo obtido de um banco.

03. (CEBRASPE/SEFAZ-RR/2021)

Determinada sociedade comercial apurou as seguintes movimentações relativas ao período mais recente.

- pagamento de despesas relativas ao período anterior, no valor de R$ 84 mil
- despesas do período corrente pagas no período anterior, no valor de R$ 45 mil
- pagamento de despesas do período corrente, no valor de R$ 34 mil
- recebimento de receitas de vendas do período anterior, no valor de R$ 110 mil
- receitas de vendas realizadas do período corrente e recebidas no período anterior, no valor de R$ 80 mil
- recebimento de receitas por vendas realizadas no período corrente, no valor de R$ 40 mil

Nessa situação hipotética, desconsiderados quaisquer efeitos tributários e encargos financeiros, o impacto dos citados eventos sobre a situação patrimonial líquida da entidade, no período corrente, foi

a) uma redução superior a R$ 40 mil.
b) uma redução inferior a R$ 40 mil.
c) nulo.
d) um aumento inferior a R$ 40 mil.
e) um aumento superior a R$ 40 mil.

04. (CEBRASPE/DPE-RO/2022)

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, assinale a opção correspondente à obrigação que deve ser classificada como passivo não circulante no balanço patrimonial.

a) Obrigação que deve ser liquidada durante o ciclo operacional normal da empresa.
b) Obrigação mantida essencialmente com a finalidade de ser negociada.
c) Obrigação que deve ser liquidada em até 12 meses após a data do balanço.
d) Obrigação que deve ser liquidada em até 12 meses após a data do balanço e que dê ao devedor o direito de liquidá-la por meio da emissão de títulos patrimoniais em favor do credor.
e) Obrigação em relação à qual o credor tem o direito incondicional de diferir sua liquidação durante, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

05. (CEBRASPE/PC-RO/2022)

Ao realizar a conciliação bancária, o profissional contábil verificou que o extrato bancário da conta corrente da empresa X apresentava um saldo de R$ 9.200,00 enquanto a razão contábil, na mesma data, apresentava um saldo de R$ 6.450,00, tendo sido necessários os seguintes ajustes:

1 cobrança de despesa bancária de R$ 100,00 pelo banco, ainda não contabilizada;

2 emissão de cheque já contabilizado pela empresa no valor de R$ 1.400,00, ainda não sacado pelo favorecido; e

3 depósito de PIX à vista em favor da empresa no valor de R$ 1.450,00, ainda não contabilizado.

Nessa situação, o valor em conta corrente após a conciliação bancária efetuada seria de

a) R$ 2.750,00.
b) R$ 6.350,00.
c) R$ 6.450,00.
d) R$ 7.800,00.
e) R$ 7.900,00.

06. (CEBRASPE/POLC-AL/2023)

A baixa de uma duplicata a receber avaliada como incobrável, e que já teve o seu valor contábil integralmente ajustado por meio do registro de uma perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, deve ser realizada por meio de um lançamento

a) a débito de Despesas com Baixa de Duplicatas Incobráveis e a crédito de Duplicatas a Receber.

b) a débito de Despesas de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa e a crédito da conta retificadora de ativo Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa.

c) a débito de Duplicatas a Receber e a crédito de Despesas com Baixa de Duplicatas Incobráveis.

d) a débito da conta retificadora de ativo Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa e a crédito de Duplicatas a Receber.

e) a débito de Duplicatas a Receber e a crédito da conta retificadora de ativo Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa.

07. (CEBRASPE/DPE-RO/2023)

Relativamente ao tratamento contábil de itens do ativo imobilizado, julgue os itens a seguir.

I. Um item com alta probabilidade de geração de benefícios futuros para a entidade deve ser contabilmente reconhecido, ainda que haja considerável dúvida quanto ao seu provável custo.

II. Como regra, a mensuração inicial de um item do ativo imobilizado se dá pelo seu custo, podendo ir além do valor dispendido na sua aquisição.

III. A avaliação posterior de itens do ativo imobilizado deve seguir a regra do valor de custo ou valor de mercado, escolhendo-se o menor entre os dois.

IV. A escolha do método de depreciação depende de como a entidade espera se apropriar dos benefícios econômicos futuros do ativo.

Estão certos apenas os itens

a) **I** e **III**.

b) **II** e **IV**.

c) **III** e **IV**.

d) **I, II** e **III**.

e) **I, II** e **IV**.

08. (CEBRASPE/DPE-RO/2023)

No dia 30/6/2021, a empresa Alfa apresentava um saldo de R$ 45.000,00, na conta Máquinas e equipamentos, correspondente a uma máquina de xerox, mesmo saldo da conta de depreciação acumulada desse bem. No mesmo dia, a empresa vendeu tal máquina por R$ 5.000,00 e comprou uma nova por R$ 40.000,00. A empresa não possuía outros ativos imobilizados.

Nessa situação hipotética, o valor do imobilizado da empresa Alfa

a) reduziu-se em R$ 5.000,00.
b) aumentou em R$ 5.000,00.
c) aumentou em R$ 45.000,00.
d) aumentou em R$ 40.000,00.
e) permaneceu o mesmo.

09. (CEBRASPE/SEFAZ-AC/2024)

Em auditoria fiscal na empresa XYZ S.A., o auditor identificou a contabilização de despesa de depreciação de ativo intangível de uso ou duração limitada no tempo.

Nesse caso hipotético,

a) o intangível deveria ser amortizado e não depreciado.
b) é adequada a depreciação de ativo intangível, uma vez que corresponde à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial.
c) a depreciação de ativo intangível deve ser registrada como despesa financeira, uma vez que corresponde à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial.
d) é inadequada a depreciação de ativo intangível, sendo o correto contabilizar exaustão para direitos da propriedade industrial ou comercial.
e) o ativo intangível não pode ser amortizado ou depreciado, porque têm vida útil indefinida.

10. (CEBRASPE/TRE-PE/2017)

Considerando que, na correta contabilização de ativos intangíveis, os analistas contábeis devem ter atenção especial aos critérios de reconhecimento e mensuração, assinale a opção correta.

a) Os valores aplicados em softwares, patentes, direitos autorais, listas de clientes, quotas de importação e franquias devem ser reconhecidos como ativos intangíveis integrantes do patrimônio da entidade.

b) A perda por redução ao valor recuperável não se aplica a ativos intangíveis.

c) Gastos aplicados em pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos como ativos intangíveis independentemente da geração de expectativa de benefícios econômicos futuros

d) Ativos intangíveis não podem ser classificados como mantidos para venda, mesmo que se destinem a alienação.

e) Um dos critérios para a identificação de um ativo intangível diz respeito à possibilidade de separação deste ativo dos demais pertencentes à entidade, de forma que ele possa ser vendido, transferido, licenciado ou alugado.

11. (CEBRASPE/POLCI-PE/2017)

Tendo em vista que, de acordo com o CPC 27, do Comitê dos Pronunciamentos Contábeis, quando permitida por lei, a reavaliação de um item do ativo imobilizado a valor justo, mensurado de maneira confiável, poderá ser reconhecida no balanço patrimonial, assinale a opção correta.

a) A redução do valor contábil do ativo em decorrência de reavaliação deverá ser reconhecida em conta específica de resultado, independentemente de haver saldo na conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

b) Poderá ser reconhecido no balanço patrimonial o valor reavaliado de um bem correspondente ao seu valor justo na data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável que tenham sido acumuladas subsequentemente.

c) Após o item do imobilizado ser reavaliado, não são necessárias futuras atualizações a valor justo, mesmo que o valor apresente divergência relevante em relação ao seu valor justo na data do balanço.

d) A reavaliação poderá ser realizada em um único item de um grupo do imobilizado.

e) Quando a reavaliação resultar em aumento do valor contábil do ativo, a contrapartida desse aumento deverá ser reconhecida em conta de resultado.

12. (CEBRASPE/DPE-RO/2022)

No encerramento de seu último exercício social, uma entidade realizou o teste de recuperabilidade de determinado ativo que havia sido adquirido por R$ 240 mil e que já acumulava R$ 40 mil de depreciação. O valor em uso desse bem foi estimado em R$ 205 mil e o valor justo líquido das despesas de sua venda foi avaliado em R$ 195 mil.

Nessa situação hipotética, a entidade deve

a) reverter parte da amortização, visto que o valor em uso do bem supera seu valor contábil.
b) adicionar R$ 5 mil à depreciação.
c) contabilizar uma provisão de R$ 5 mil para perda de valor recuperável.
d) abster-se de realizar qualquer contabilização.
e) realizar a venda imediata do ativo.

13. (CEBRASPE/DPE-RO/2022)

Relativamente ao conceito e ao tratamento contábil de provisões, passivos e ativos contingentes, julgue os itens que se seguem.

I Quando, em decorrência de eventos passados, há um ativo possível cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, o reconhecimento em conta de ativo é adequado desde que a entrada de benefícios econômicos seja, a critério da gestão da entidade, praticamente certa.

II Provisão é uma obrigação presente da entidade, fruto de eventos passados, e espera-se que sua liquidação resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos, contudo com prazo ou valor incertos.

III Uma obrigação presente, fruto de eventos passados, mas cujo valor não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade é um passivo contingente.

Assinale a opção correta.
a) Apenas o item **II** está certo.
b) Apenas o item **III** está certo.
c) Apenas os itens **I e II** estão certos.
d) Apenas os itens **I e III** estão certos.
e) Todos os itens estão certos.

14. (CEBRASPE/PC-RO/2022)

As provisões são classificadas no passivo e têm regras específicas para a sua mensuração, o seu registro e a sua evidenciação. Acerca das provisões e das suas peculiaridades, assinale a opção correta.

a) O reconhecimento de desembolso advindo de provisão passiva, que foi originalmente reconhecida para outra finalidade, é permitido, caso o evento seja do mesmo grupo do passivo.
b) O reconhecimento da provisão se dá quando uma empresa apresenta uma obrigação presente de um evento futuro em seu balanço patrimonial.
c) O valor compreendido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço patrimonial.

d) A reavaliação das provisões não poderá ocorrer mesmo que exista uma estimativa corrente superior àquela já registrada, pois, nesse caso, a provisão será lançada ao resultado do exercício.
e) A provisão para créditos de liquidação duvidosa será reclassificada no passivo circulante caso a obrigação tenha sua exigibilidade até o final do exercício seguinte.

15. (CEBRASPE/DPE-RO/2022)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, assinale a opção correspondente ao tratamento contábil que deve ser adotado por empresas adquirentes de mercadorias a prazo em relação a eventuais juros embutidos na transação.
a) Registrar juros embutidos como despesas antecipadas.

b) Excluir juros embutidos do custo de aquisição de mercadorias e apropriá-los ao resultado pela fluência do prazo concedido pelo fornecedor para quitação da dívida.

c) Registrar juros embutidos como parte do custo de aquisição de mercadorias, em contrapartida à conta do passivo que representa dívidas a pagar ao fornecedor.

d) Excluir juros embutidos do custo de aquisição de mercadorias e apropriá-los ao resultado na mesma proporção do valor de parcelas pagas ao fornecedor, até que se dê a liquidação final da operação.

e) Excluir de juros embutidos do custo de aquisição de mercadorias e apropriá-los ao resultado na data de aquisição de mercadorias.

16. (CEBRASPE/MPE-RO/2022)

Suponha-se que uma importadora de máquinas industriais efetue, no dia 30 de junho de certo ano, a venda de um equipamento ao valor de R$ 250 mil, a ser recebido 15 meses após a data da venda. Suponha-se, ainda, que, no valor de venda, haja juros implícitos de 1,5% ao mês. Nessa situação hipotética, sabendo-se que 1,01515 é aproximadamente igual a 1,25, o valor presente a ser reconhecido como receita de venda é

a) inferior a R$ 175 mil.

b) superior ou igual a R$ 175 mil e inferior a R$ 185 mil.

c) superior ou igual a R$ 185 mil e inferior a R$ 195 mil.

d) superior ou igual a R$ 195 mil e inferior a R$ 205 mil.

e) superior ou igual a R$ 205 mil.

17. (CEBRASPE/TRE-BA/2017)

Conforme o Pronunciamento CPC 46, na mensuração do valor justo de um ativo, deve-se garantir que

a) a negociação do ativo seja realizada em uma transação não forçada entre os participantes do mercado — principal ou o mais vantajoso — de venda do ativo.

b) a entidade seja capaz de vender o ativo na data de mensuração realizada no mercado principal, sob pena de invalidação do fato contábil.

c) o valor justo, ou seja, o valor que seria recebido pela venda de um ativo seja contabilizado após a transação e corresponda ao preço que seria pago pela entidade para reposição.

d) a entidade tenha observado as restrições para a venda ou o uso do ativo, desconsiderando, nessa situação, características relacionadas à condição e à localização do ativo.

e) o ativo a ser mensurado ao valor justo seja um ativo individual, e não um grupo de ativos, como, por exemplo, uma unidade geradora de caixa.

18. (CEBRASPE/TRE-TO/2017)

O Pronunciamento Técnico CPC 46 — Mensuração do Valor Justo — cria uma espécie de hierarquia de valor justo em que as informações utilizadas como subsídio para as técnicas de avaliação aplicáveis ao processo de mensuração do valor justo são classificadas em diferentes níveis. Com base nessa classificação, as informações constantes no nível 2 incluem

a) os custos correntes dos ativos e passivos.

b) os dados não observáveis para ativos e passivos.

c) os preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

d) as premissas sobre riscos.

e) os preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos.

19. (CEBRASPE/TJ-PA/2020)

Uma empresa adquiriu um instrumento financeiro no valor de R$ 300.000,00, com remuneração estabelecida de R$ 32.500,00 para o vencimento. No vencimento, esse título possuía valor justo de R$ 340.000,00.

Considerando essa situação e as normas acerca do reconhecimento, da mensuração e do registro das operações contábeis dessa natureza, assinale a opção correta.

a) Se a empresa avaliar o título pelo custo amortizado na data do vencimento, ela deverá registrar os valores de R$ 7.500,00 e R$ 32.500,00 como receita de juros.

b) Se a empresa avaliar o instrumento financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ela deverá registrar um crédito de R$ 7.500,00 em conta de ajuste de avaliação patrimonial em seu patrimônio líquido e um crédito de R$ 32.500,00 na conta receita de juros.

c) Se a empresa avaliar o instrumento financeiro pelo valor justo por meio de resultado, ela deverá registrar apenas o crédito de R$ 40.000,00 em conta de ajuste de avaliação patrimonial em seu patrimônio líquido.

d) Se a empresa avaliar o instrumento financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ela deverá registrar um crédito de R$ 40.000,00 em conta de ajuste de avaliação patrimonial.

e) Se a empresa avaliar o instrumento financeiro pelo custo amortizado, o registro proporcionará um crédito de R$ 7.500,00 na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido da empresa e R$ 32.500,00 correspondentes a receita de juros na demonstração do resultado do exercício.

@prof.silviosande

/silvio.sande.5

t.me/profsilviosande

Contabilidade
Prof. Silvio Sande

35

OBRIGADO!

Prof. Silvio Sande

36

Análise das Demonstrações Contábeis

Prof. Marcondes Fortaleza

37

23 Análise econômico-financeira.

38

Em relação à análise econômico-financeira das entidades contábeis, julgue os itens a seguir.

01. (CEBRASPE/ANALISTA JÚNIOR TBG 2023 – ÊNFASE AUDITORIA) A análise econômico-financeira tem por objetivo examinar, a partir de informações passadas, a situação presente e a perspectiva futura de uma entidade.

39

23.1 Indicadores de liquidez.

40

02. (CEBRASPE/ANALISTA JÚNIOR TBG 2023 – ÊNFASE AUDITORIA) O índice de liquidez corrente é um indicativo dinâmico da capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo de uma entidade contábil.

03. (CEBRASPE/CONTADOR ITAIPU 2024) Os dados a seguir foram retirados das demonstrações contábeis do último exercício social de uma empresa, adaptadas para fins de análise econômico-financeira.

grupo patrimonial	valor (em milhares de reais)
ativo circulante cíclico	137
ativo circulante financeiro	146
passivo circulante cíclico	49
passivo circulante financeiro	123

Nesse mesmo período, o estoque de mercadorias disponíveis para venda da empresa somou R$ 48 mil. Na situação hipotética precedente, a liquidez corrente e a liquidez seca da empresa foram, respectivamente, de

a) 1,11 e 0,55.

b) 1,65 e 1,37.

c) 0,61 e 0,73.

d) 1,37 e 1,65.

e) 0,73 e 0,61.

04. (CEBRASPE/CONTADOR CAU BR 2024) Se a empresa XY decidir utilizar os recursos oriundos da conta bancos para quitar os empréstimos de longo prazo, o índice de liquidez corrente permanecerá inalterado.

Relativamente à análise econômico-financeira de empresas, julgue os itens a seguir.

05. (CEBRASPE/ANALISTA MINISTERIAL MP TO 2024) Uma empresa que possui liquidez geral de 1,45 tem disponibilidade de capitais próprios para aplicar no giro dos negócios.

06. (CEBRASPE/ANALISTA MINISTERIAL MP TO 2024) Uma empresa apresentará grau de liquidez seca melhor que outra se tiver melhor ativo circulante ou menor saldo de estoque que a outra.

Texto 6A2 A seguir, são apresentados dados relativos à contabilidade de uma entidade hipotética, cujos valores estão em reais.

item	20X2	20X3
ativo circulante cíclico	153.735	137.212
ativo circulante financeiro	161.337	145.935
ativo não circulante	209.012	188.750
passivo circulante cíclico	64.167	48.917
passivo circulante financeiro	130.570	123.113
ativo não circulante (inclui o PL)	329.347	299.867

47

informações do balanço

	20X2	20X3
caixa	26.911	13.129
clientes	105.300	73.600
estoques	54.120	48.313
imobilizado	188.440	161.320
fornecedores	55.800	38.900
patrimônio líquido	262.286	245.850

informações da DR

	20X2	20X3
receita operacional líquida	975.810	904.800
custo da mercadoria vendida	526.800	498.200
lucro operacional líquido	48.350	40.990

48

07. (CEBRASPE/ANALISTA APEXBRASIL 2024) A partir das informações econômico-financeiras apresentadas no texto 6A2, é correto afirmar que a capacidade de a entidade honrar com o conjunto de suas obrigações com os terceiros, entre os exercícios 20X2 e 20X3, evoluiu

a) entre 7% e 8%, negativamente.

b) entre 6% e 7%, negativamente.

c) entre 7% e 8%, positivamente.

d) entre 6% e 7%, positivamente.

08. (CEBRASPE/ANALISTA APEXBRASIL 2024) Considerando as informações do texto 6A2, é correto afirmar que a diferença, em reais, entre o capital de giro disponível e o investimento operacional em giro da entidade no ano 20X2 foi

a) 22.822.

b) +22.822.

c) 30.767.

d) +30.767.

23.2 Indicadores de rentabilidade.

51

09. (CEBRASPE/ANALISTA MINISTERIAL MP TO 2024) Considere que, ante uma receita operacional líquida de R$ 40 milhões, uma empresa obtém lucro operacional líquido de 6%, e que, nesse mesmo momento, seu retorno sobre investimentos é de 20%. Nesse caso, o ativo operacional médio da empresa supera R$ 15 milhões.

52

23.3 Indicadores de lucratividade.

53

10. (CEBRASPE/ANALISTA DE TECNOLOGIA DATAPREV 2023 - Contabilidade) A margem líquida de lucro de uma empresa em dado exercício social é obtida por meio da aplicação do método de análise vertical.

54

informações do balanço

	20X2	20X3
caixa	26.911	13.129
clientes	105.300	73.600
estoques	54.120	48.313
imobilizado	188.440	161.320
fornecedores	55.800	38.900
patrimônio líquido	262.286	245.850

informações da DR

	20X2	20X3
receita operacional líquida	975.810	904.800
custo da mercadoria vendida	526.800	498.200
lucro operacional líquido	48.350	40.990

11. (CEBRASPE/ANALISTA APEXBRASIL 2024) O retorno sobre investimentos (ROI), uma medida importante para avaliação do desempenho das empresas, é calculado em função da margem operacional líquida (MOL) e da rotação do ativo (RA), calculada em relação ao ativo médio.

A partir dos dados do texto CE6A2, assinale a opção em que estão apresentados corretamente os valores desses indicadores para a entidade em questão no ano 20X3.

a) ROI entre 4,0% e 5,0%; MOL entre 8,5% e 9,0%; RA entre 1,90 e 1,95

b) ROI entre 8,0% e 8,5%; MOL entre 4,0% e 5,0%; RA entre 1,80 e 1,85

c) ROI entre 8,5% e 9,0%; MOL entre 4,0% e 5,0%; RA entre 1,90 e 1,95

d) ROI entre 4,0% e 5,0%; MOL entre 8,0% e 8,5%; RA entre 1,80 e 1,85

23.4 Indicadores de endividamento.

Em relação à análise econômico-financeira das empresas, julgue os itens a seguir.

12. (CEBRASPE/ANALISTA DE TECNOLOGIA DATAPREV 2023 - Contabilidade) O grau de endividamento ou dependência financeira de uma empresa é obtido pelo confronto entre o total de passivos exigíveis e o total de ativos.

59

13. (CEBRASPE/ANALISTA JÚNIOR TBG 2023 – ÊNFASE AUDITORIA) Se determinada entidade calcula um indicador de endividamento a partir da divisão de seus recursos de terceiros totais pelo seu patrimônio líquido, então, quando o resultado dessa divisão for igual a meio, haverá equilíbrio entre os capitais que financiam os investimentos da entidade.

60

14. (CEBRASPE/ANALISTA MINISTERIAL MP TO 2024) Uma empresa que possui passivo circulante de R$ 4 milhões, ativo total de R$ 10,5 milhões e indicador de composição de exigibilidade igual a 0,50 apresenta patrimônio líquido inferior a R$ 3 milhões.

61

A empresa XY apresentou, ao final de 2023, as seguintes informações.

	2022	2023		2022	2023
ativo circulante	10.000	15.000	**passivo circulante**	15.000	16.000
ativo não circulante	40.000	38.000	**passivo não circulante**	5.000	5.000
			patrimônio líquido (PL)	30.000	32.000
ativo total	50.000	53.000	**passivo + PL total**	50.000	53.000

Considerando os dados acima apresentados e as técnicas de análise das demonstrações contábeis, julgue os itens subsequentes.

62

15. (CEBRASPE/CONTADOR CAU BR 2024) Quando representado pelo quociente entre o passivo circulante e o passivo total, quanto menor o índice correspondente ao perfil da dívida, maior tende a ser a dívida de longo prazo comparativamente à dívida de curto prazo.

63

16. (CEBRASPE/CONTADOR CAU BR 2024) O índice de endividamento da empresa XY no ano de 2023 mostra que as aplicações dessa empresa são financiadas principalmente com capital oriundo de fontes externas.

64

dado	valores, em milhões de R$
ativo circulante cíclico	137
ativo circulante financeiro	146
ativo não circulante (inclui imobilizações)	189
passivo circulante cíclico	46
passivo circulante financeiro	123
passivo não circulante (inclui o patrimônio líquido)	300

Os dados da tabela precedente constam nas demonstrações contábeis de determinada companhia, cujo patrimônio líquido totaliza R$ 246 milhões e o montante de imobilizações soma R$ 161 milhões.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

65

17. (CEBRASPE/ANALISTA CNPQ 2024) As exigibilidades de curto prazo representam mais de dois terços das fontes de recursos de terceiros.

66

18. (CEBRASPE/ANALISTA CNPQ 2024) Os recursos onerosos captados financiam menos de 40% dos investimentos totais.

67

19. (CEBRASPE/ANALISTA CNPQ 2024) Predominam os capitais de terceiros no financiamento dos negócios da empresa.

68

20. (CEBRASPE/ANALISTA CNPQ 2024) Há predominância de capitais de terceiros no financiamento do giro da empresa.

21. (CEBRASPE/ANALISTA DE TECNOLOGIA DATAPREV 2023 - Contabilidade) O passivo oneroso é composto por todas as obrigações sobre as quais incidem juros, exceto as decorrentes de impostos.

23.5 Indicadores de estrutura de capitais.

71

22. (CEBRASPE/ANALISTA DE TECNOLOGIA DATAPREV 2023 - Contabilidade) Os indicadores de estrutura de capitais mostram se a empresa financia seus investimentos com capitais próprios ou de terceiros e, caso sejam de terceiros, se são onerosos ou não, além de apresentarem o perfil dos capitais de terceiros em termos de prazo para liquidação.

72

Com relação à análise vertical e horizontal de demonstrações financeiras, julgue os itens subsequentes.

23. (CEBRASPE/ANALISTA CAPES 2024) O grau de imobilização do ativo emprega a mesma metodologia da análise vertical.

24. (CEBRASPE/ANALISTA JÚNIOR TBG 2023 – ÊNFASE AUDITORIA) Se uma entidade contábil possui um grau de imobilização dos recursos próprios de 0,75, então, nessas condições, 25% dos ativos circulantes da entidade são financiados com recursos próprios.

Julgue os itens seguintes, a respeito da análise econômico-financeira das entidades.

25. (CEBRASPE/CONTADOR PREFEITURA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM 2024) A entidade que tiver dívidas com seus acionistas e que cumprir tais obrigações utilizando ações de sua própria emissão (ações em tesouraria) como forma de pagamento conseguirá manter a sua estrutura de capitais inalterada.

23.6 Análise vertical e horizontal.

26. (CEBRASPE/ANALISTA JÚNIOR TBG 2023 – ÊNFASE AUDITORIA) A análise em perspectiva é característica da análise horizontal, ao passo que a análise vertical realiza uma análise estática.

Em relação às metodologias de análise vertical e de análise horizontal das demonstrações contábeis das entidades, julgue os itens que se seguem.

27. (CEBRASPE/ANALISTA CNPQ 2024) A análise vertical é uma metodologia de análise estática, ao passo que a análise horizontal é uma metodologia de análise dinâmica.

28. (CEBRASPE/ANALISTA CNPQ 2024) O indicador de imobilização do ativo é um exemplo de aplicação de análise vertical.

79

29. (CEBRASPE/ANALISTA CNPQ 2024) Por sua metodologia, a análise horizontal é mais rica em informação que a análise vertical, devendo ser priorizada para fins de análise econômico-financeira.

80

30. (CEBRASPE/CONTADOR CAU BR 2024) A análise horizontal permite observar a evolução de uma determinada conta, ao se comparar o valor registrado na conta com aqueles registrados em períodos anteriores.

31. (CEBRASPE/ANALISTA CAPES 2024) Tanto a análise vertical como a análise horizontal de demonstrações financeiras têm caráter dinâmico, uma ao longo dos exercícios sociais, e outra dentro de um mesmo exercício.

32. (CEBRASPE/ANALISTA CAPES 2024) A análise horizontal é um bom método para avaliar se a dependência da entidade em relação aos capitais de terceiros é significativa em um dado exercício.

33. (CEBRASPE/CONTADOR PREFEITURA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM 2024) A análise horizontal requer a utilização de informações relativas a períodos contábeis distintos, com o objetivo de determinar tendências a partir da avaliação da variação observada nos itens patrimoniais e de resultado ao longo do tempo.

*

85

OBRIGADO!

Prof. Marcondes Fortaleza

86

Contabilidade Pública

Prof. Gilmar Possati

87

Revisão Questões CEBRASPE

Prof. Gilmar Possati

88

(CEBRASPE/ISS-Mossoró/2024)

Um ativo registrado como material permanente é aquele que não perde a sua identidade física em razão do seu uso ou que tem durabilidade superior a dois anos.

a. Material de Consumo: aquele que, em razão de seu uso corrente e da definição da Lei nº 4.320/1964, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos;
b. Material Permanente: aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/ISS-Mossoró/2024)

A transferência dos valores de IOF devidos por correntistas de bancos privados nas operações de uso de cheque especial, em que o banco envia os valores retidos diretamente à Conta Única do Tesouro Nacional, representa a etapa denominada arrecadação.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/ISS-Mossoró/2024)

Um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao seu valor de mercado e ajustado, posteriormente, ao valor recuperável.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/ISS-Mossoró/2024)

Caso um órgão da administração pública direta efetue uma compra de material de consumo sem autorização orçamentária, por meio de aceite de uma nota promissória, e, em seguida, uma auditoria determine a apuração da responsabilidade, o registro de tais fatos poderá, de modo resumido, ser corretamente feito do seguinte modo.

Natureza da informação: Controle
D – 7.9.x.x.x.xx.xx – Outros Controles – Diversos Responsáveis em Apuração
C – 8.9.x.x.x.xx.xx – Outros Controles – Diversos Responsáveis em Apuração

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

Exemplo 1: Assunção, sem autorização orçamentária, de obrigação para pagamento a posteriori de bens e serviços

Suponha que um órgão da Administração Direta efetue uma compra de material de consumo, sem autorização orçamentária, por meio de aceite de uma nota promissória no valor de R$ 3.000,00. Os bens seriam entregues no prazo de 30 dias a partir do aceite da nota promissória e a apuração de responsabilidade ensejaria ressarcimento ao órgão.

Lançamentos:

Reconhecimento do passivo
Natureza da informação: patrimonial

D	1.1.5.6.x.xx.xx Almoxarifado (P)	3.000,00
C	2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (P)	3.000,00

Registro da responsabilidade em apuração
Natureza da informação: controle

D	7.9.x.x.x.xx.xx Outros Controles – Diversos Responsáveis em Apuração	3.000,00
C	8.9.x.x.x.xx.xx Outros Controles – Diversos Responsáveis em Apuração	3.000,00

Apurada a responsabilidade, caso o órgão tenha condições de devolver a mercadoria, não será gerado o registro de um direito contra o servidor responsável. O não registro do ativo não exime a apuração de responsabilidades.

Estratégia Concursos
@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/ISS-Mossoró/2024)

Estratégia Concursos

No setor público brasileiro, é permitido empregar o método de depreciação das cotas constantes, sem a exigência de que todos os bens sejam depreciados pelo mesmo método.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/ISS-Mossoró/2024)

Receitas públicas recolhidas a maior devem ser restituídas ao contribuinte mediante autorização orçamentária para sua devolução.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

Restituições de Receitas Orçamentárias Depois de reconhecidas as receitas orçamentárias, podem ocorrer fatos supervenientes que ensejem a necessidade de restituições, devendo-se registrá-los como dedução da receita orçamentária, possibilitando maior transparência das informações relativas à receita orçamentária bruta e líquida. O processo de restituição consiste na devolução total ou parcial de receitas orçamentárias que foram recolhidas a maior ou indevidamente, as quais, em observância aos princípios constitucionais da capacidade contributiva e da vedação ao confisco, devem ser devolvidas. Como correspondem a recursos arrecadados que não pertencem ao ente público e não são aplicáveis em programas e ações governamentais sob a responsabilidade do arrecadador, ***não há necessidade de autorização orçamentária para sua devolução****. Se fosse registrada como despesa orçamentária, além da referida autorização orçamentária, a receita corrente líquida ficaria com um montante maior que o real, pois não seria deduzido o efeito dessa arrecadação imprópria.*

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/ISS-Mossoró/2024)

Do ponto de vista patrimonial, e em respeito ao princípio da prudência, as obrigações decorrentes de pedidos de compra de produtos e mercadorias ainda não recebidos deverão obrigatoriamente ser reconhecidas como passivos nas demonstrações contábeis.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

Um passivo deve ser reconhecido quando: a. Satisfizer a definição de passivo; e b. Puder ser mensurado de maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação contábil. ***Do ponto de vista patrimonial, as obrigações em que o fato gerador não tenha ocorrido (por exemplo, obrigações decorrentes de pedidos de compra de produtos e mercadorias, mas ainda não recebidos) não são geralmente reconhecidas como passivos nas demonstrações contábeis****. Também são reconhecidos no passivo, pois se caracterizam como obrigações para com terceiros, os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro. São exemplos destes depósitos as cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, como os para garantia de recursos*

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/SEFAZ-AC/2024)

No setor público, a reversão da perda por redução ao valor recuperável do ativo deve ser reconhecida
a) no encerramento do exercício financeiro.
b) o momento da sua reavaliação.
c) imediatamente no resultado do período.
d) quando o ativo for alienado.
e) em contas de patrimônio líquido.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/SEFAZ-AC/2024)

No que diz respeito ao ambiente da informação de custos no setor público, a identificação e segregação entre custos e perdas são
a) complementares, pois as perdas estão entre os recursos orçamentários alocados e consumidos na geração de bens e serviços.
b) fundamentais, pois as perdas são alocadas por meio de direcionadores de custos ou, em última instância, de bases de rateio razoáveis e consistentes.
c) necessárias, pois as perdas não são atribuídas aos objetos de custos.
d) desnecessárias, pois as perdas são atribuídas aos objetos de custos.
e) imprescindíveis, se essas perdas estiverem relacionadas à obtenção de um bem ou serviço.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/SEFAZ-AC/2024)

Em relação à lógica do registro contábil a partir da estrutura do plano de contas aplicado ao setor público, é correto afirmar que a depreciação de bens móveis de cada período deve ser reconhecida

a) em contas de controle da aprovação do planejamento e orçamento em contrapartida a uma conta de passivo.

b) em contas de controles devedores em contrapartida a uma conta de variação patrimonial aumentativa no resultado patrimonial.

c) em contas de patrimônio líquido em contrapartida a uma conta de controles credores.

d) em contas de controles devedores em contrapartida a uma conta de controle da execução do planejamento e orçamento.

e) como variação patrimonial diminutiva no resultado patrimonial em contrapartida a uma conta retificadora do ativo.

(CEBRASPE/SEFAZ-AC/2024)

No processo de consolidação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, devem-se excluir

a) os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for apenas fiel depositária.

b) as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

c) as transferências financeiras recebidas e concedidas.

d) as transações recíprocas.

e) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários.

(CEBRASPE/SEFAZ-AC/2024)

Conforme disposto na NBC TSP Estrutura Conceitual, em uma transação sem contraprestação, a entidade

a) recebe o valor da outra parte, sendo os valores recebidos destinados a programas sociais.
b) não recebe o valor da outra parte, mas exige uma contrapartida sob a forma de bens e serviços para a sociedade em valor aproximadamente igual.
c) recebe o valor da outra parte e dá diretamente em troca valor igual, sem ganhos adicionais.
d) recebe o valor da outra parte sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual.
e) não recebe diretamente o valor da outra parte, mas exige uma contrapartida sob a forma de bens e serviços para a sociedade em valor idêntico.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/SEFAZ-AC/2024)

No setor público, a receita orçamentária decorrente de um tributo deve ser reconhecida na etapa

a) da prestação de contas dessa receita.
b) a previsão dessa receita.
c) do recolhimento dessa receita.
d) do lançamento dessa receita.
e) da arrecadação dessa receita.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/SEFAZ-AC/2024)

Os créditos adicionais especiais são os destinados
a) a despesas orçamentárias legalmente empenhadas e liquidadas decorrentes de convênio ou instrumentos congêneres.
b) a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
c) ao reforço da dotação orçamentária.
d) a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
e) a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal.

(CEBRASPE/MPE-TO/2024)

A representação fidedigna na informação contábil é alcançada quando esta é completa, neutra e livre de erro material, retratando a substância da transação, que pode divergir da mera conformidade com as regras legais.

(CEBRASPE/CNPQ/2024)

De acordo com o disposto na Lei n.º 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente liquidadas.

Registros Contábeis – Contabilidade Aplicada ao Setor Público					
Contas de Natureza de Informação Orçamentária			Contas de Natureza de Informação Patrimonial		
Evento	**Critério**	**Base Normativa**	**Evento**	**Critério**	**Base Normativa**
Receita Orçamentária	Arrecadação	Lei nº 4.320/1964 art. 35	Variação Patrimonial Aumentativa	Competência	NBC TSP – Estrutura Conceitual
Despesa Orçamentária	Empenho	Lei nº 4.320/1964 art. 35	Variação Patrimonial Diminutiva	Competência	NBC TSP – Estrutura Conceitual

(CEBRASPE/CGE-RJ/2024)

Para que seja possível o conhecimento da composição patrimonial, os fatos modificativos devem ser levados à conta de resultado, independentemente do registro dos atos e fatos ligados à execução orçamentária.

(CEBRASPE/CGE-RJ/2024)

O momento do lançamento pode ser usado como referência para o reconhecimento do fato gerador no âmbito da atividade tributária.

[...] ***no âmbito da atividade tributária, pode-se utilizar o momento do lançamento como referência para o seu reconhecimento****, pois é por esse procedimento que:*
a. Verifica-se a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;
b. Determina-se a matéria tributável;
c. Calcula-se o montante do tributo devido; e
d. Identifica-se o sujeito passivo.
Ocorrido o fato gerador, pode-se proceder ao registro contábil do direito a receber em contrapartida de variação patrimonial aumentativa, o que representa o registro da variação patrimonial aumentativa por competência.

(CEBRASPE/CGE-RJ/2024)

Na contabilidade pública, o regime orçamentário é considerado um regime misto, que mescla o regime de competência para as receitas com o regime de caixa para as despesas.

(CEBRASPE/CGE-RJ/2024)

O reconhecimento da receita orçamentária ocorre sob regime de caixa.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/MPE-TO/2024)

No MCASP, a receita sob o enfoque patrimonial é denominada variação patrimonial aumentativa (VPA).

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/MPE-TO/2024)

O empenho de uma despesa orçamentária cria imediatamente uma obrigação patrimonial para a entidade pública, ou seja, um passivo exigível.

Segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

***Quando a lei utiliza a palavra "obrigação", ela não se refere à obrigação patrimonial (passivo exigível), pois uma obrigação patrimonial é caracterizada por um fato gerador já ocorrido**, ou, conforme a lei, por uma condição já implementada. A Lei nº 4.320/1964 refere-se ao comprometimento de recurso financeiro da entidade governamental que fez o empenho, ou seja, uma obrigação financeira para fins de cálculo do superavit financeiro, fonte da abertura de créditos adicionais nos exercícios seguintes. Por outro lado, o registro da obrigação patrimonial independe da execução orçamentária.*

(CEBRASPE/MPE-TO/2024)

Considere que o fato gerador do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) ocorra no dia 1.º de janeiro de cada ano. Nesse caso, o reconhecimento do direito e da variação patrimonial aumentativa (VPA) deve ser feito no momento do fato gerador e não no momento da arrecadação, que ocorrerá futuramente.

(CEBRASPE/CAU-BR/2024)

De acordo com as regras da contabilidade pública no Brasil, na composição do conceito de patrimônio público inclui-se não apenas bens, direitos e valores, mas também as obrigações, de modo a se representar, de forma integral e completa, a situação econômica e financeira do ente público.

(CEBRASPE/MPE-TO/2024)

A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, mas é um dos indicadores de controle.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

Para avaliar se a entidade controla o recurso no presente, deve ser observada a existência dos seguintes indicadores de controle:

a. Propriedade legal;

b. Acesso ao recurso ou a capacidade de negar ou restringir o acesso a esses;

c. Meios que assegurem que o recurso seja utilizado para alcançar os seus objetivos; ou

d. A existência de direito legítimo ao potencial de serviços ou à capacidade para gerar os benefícios econômicos advindos do recurso.

Embora esses indicadores não sejam conclusivos acerca da existência do controle, sua identificação e análise podem subsidiar essa decisão. A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, mas é um indicador de controle

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/CNPQ/2024)

A variação patrimonial aumentativa deve ser registrada em função do fato gerador para evidenciar seu impacto no patrimônio.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/CNPQ/2024)

As seguintes informações contábeis foram registradas no primeiro exercício financeiro já encerrado de determinada entidade governamental:

I aprovação da lei orçamentária anual no valor de R$ 200 mil, sendo 50% na categoria econômica corrente e 50% a categoria econômica de capital;

II lançamentos de impostos no valor de R$ 100 mil, tendo sido arrecadados 80% desse valor;

III empenho, liquidação e pagamento da folha de pessoal no mês, no valor de R$ 60 mil;

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/CNPQ/2024)

IV recebimento de bem em doação no valor de R$ 100 mil;
V empenho e liquidação referentes à aquisição de veículo no valor de R$ 40 mil, metade paga a vista e metade inscrita em restos a pagar.
A partir das informações precedentes, julgue o item a seguir, considerando as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

Na demonstração das variações patrimoniais, as variações patrimoniais aumentativas totalizaram R$ 200 mil.

(CEBRASPE/CNPQ/2024)

A atualização monetária das dívidas contraídas por entes públicos provoca uma variação patrimonial passiva de natureza extraorçamentária.

(CEBRASPE/CGE-RJ/2024)

As variações patrimoniais qualitativas correspondem a aumentos ou diminuições na situação patrimonial líquida da entidade, não oriundos de distribuições aos proprietários.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/CGE-RJ/2024)

Uma variação patrimonial diminutiva é realizada quando surge um passivo sem o correspondente ativo.

Considera-se realizada a variação patrimonial diminutiva (VPD):

a. Quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;

b. Diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;

c. Pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/MPE-TO/2024)

O surgimento de um passivo sem um ativo correspondente configura a realização de uma variação patrimonial diminutiva (VPD).

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/CAU-BR/2024)

As variações patrimoniais podem decorrer de situações que alteram a situação líquida patrimonial, dividindo-se em aumentativas e diminutivas.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/MPE-TO/2024)

Estratégia Concursos

O recebimento efetivo de doações e subvenções implica o registro de uma variação patrimonial aumentativa, que altera o patrimônio líquido do órgão público.

Considera-se realizada a variação patrimonial aumentativa (VPA):
a. Nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados;
b. Quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;
c. Pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;
d. No recebimento efetivo de doações e subvenções.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/MPE-TO/2024)

Estratégia Concursos

O recebimento antecipado de valores correspondentes a serviços que serão prestados no futuro, apesar de gerar o reconhecimento de uma receita orçamentária, constitui somente uma variação patrimonial qualitativa e não uma variação patrimonial aumentativa (VPA).

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

Considere o recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de serviços. Nesse caso, a receita orçamentária é registrada antes da ocorrência do fato gerador, ou seja, a VPA ocorre em momento posterior à arrecadação da receita orçamentária. Há troca de um direito (entrada antecipada dos valores) por uma obrigação de prestar o serviço, constituindo uma variação patrimonial qualitativa.

Natureza da informação: patrimonial

D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

C 2.2.9.1.x.xx.xx Variação Patrimonial Aumentativa Diferida (P)

(CEBRASPE/APEX/2024)

O reconhecimento e a mensuração dos ativos de infraestrutura seguem a mesma base utilizada para os demais ativos imobilizados. Dessa forma, nos casos de reconhecimento inicial e nos ajustes ou reclassificações em atendimento às novas práticas contábeis, quando não há nenhuma evidência disponível para determinar o valor de mercado devido a sua natureza especializada, o valor justo deve ser estimado usando-se o

a) custo de liberação.
b) preço presumido.
c) valor em uso.
d) custo de reposição depreciado.

Para os casos de reconhecimento inicial e para ajustes ou reclassificações em atendimento às novas práticas contábeis, não havendo nenhuma evidência disponível para determinar o valor de mercado devido a sua natureza especializada, o valor justo pode ser estimado usando-se o custo de reposição depreciado.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/CAU-BR/2024)

Nas entidades públicas, os estoques são avaliados pelo valor de produção ou de aquisição; entretanto, se esse valor for menor que o valor de mercado, deve-se como parâmetro o valor de mercado.

Os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, exceto:

a. Os estoques adquiridos por meio de transação sem contraprestação, que devem ser mensurados pelo seu valor justo na data da aquisição;

b. Os bens de almoxarifado, que devem ser mensurados pelo preço médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/1964.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/MPE-TO/2024)

A regra geral de mensuração de estoques é pelo valor do custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor, consideradas as exceções contidas no MCASP.

(CEBRASPE/MPE-TO/2024)

O método da equivalência patrimonial deve ser utilizado para avaliar o investimento feito por uma entidade em empresa coligada.

(CEBRASPE/CNPQ/2024)

Na reavaliação para bens do ativo, pode ser adotado o valor de mercado ou de consenso entre as partes.

(CEBRASPE/CAU-BR/2024)

A baixa de um bem significa sua retirada do ativo imobilizado, o que deve ocorrer em caso de aquisição de bens similares.

(CEBRASPE/CAU-BR/2024)

No passivo do setor público, uma provisão é uma obrigação presente, com pouca probabilidade de saída de recursos, e que deve ser evidenciada em notas explicativas, e não reconhecida no balanço patrimonial.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/CAU-BR/2024)

A prudência justifica que os passivos contingentes sejam reconhecidos nas contas patrimoniais imediatamente após a sua classificação e definição, apesar da baixa probabilidade de saída de recursos para satisfazer a obrigação.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/MPE-TO/2024)

Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais, sendo representados por contas de controle que não aparecem no balanço patrimonial, enquanto as provisões são reconhecidas pela contabilidade pública.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas. A divulgação só é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada remota

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/MPE-TO/2024)

Um passivo de prazo ou valor incerto é uma provisão, entretanto, se uma obrigação presente não puder ser reconhecida por ser improvável a saída de recursos da entidade para o seu pagamento ou se não for possível estimar com confiabilidade o seu valor, tal obrigação será considerada um passivo contingente.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/MPE-TO/2024)

Quando uma obrigação provisionada se confirma em montante inferior à provisão constituída, esta diferença deverá ser baixada na forma de uma variação patrimonial aumentativa.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/CNPQ/2024)

Estratégia Concursos

As classes 5 e 6 são contas de natureza orçamentária e só podem ser debitadas e creditadas entre si.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/CNPQ/2024)

Estratégia Concursos

A classe 1 – ativo – pode ter como contrapartida uma conta da classe 6 – controles credores.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/CAU-BR/2024)

No PCASP, as contas contábeis são classificadas como orçamentárias, patrimoniais ou de controle, conforme a natureza da informação que retratam.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/CAU-BR/2024)

As normas do MCASP não são de aplicação obrigatória por consórcios públicos e por empresas estatais independentes.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/CAU-BR/2024)

O lançamento contábil de uma despesa orçamentária efetiva em conta da classe 6 deve ser realizado em contrapartida a uma conta de variação patrimonial diminutiva em conta da classe 3.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/CAU-BR/2024)

As contas de natureza patrimonial são divididas em quatro classes, sendo duas delas referentes às variações patrimoniais diminutivas e aumentativas.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/CAU-BR/2024)

O tribunal de contas ao qual a entidade governamental encontra-se vinculada deve indicar as contas obrigatórias e o nível de detalhamento mínimo a fim de garantir a consolidação das contas nacionais.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/CNPQ/2024)

As seguintes informações contábeis foram registradas no primeiro exercício financeiro já encerrado de determinada entidade governamental:
I aprovação da lei orçamentária anual no valor de R$ 200 mil, sendo 50% na categoria econômica corrente e 50% a categoria econômica de capital;
II lançamentos de impostos no valor de R$ 100 mil, tendo sido arrecadados 80% desse valor;
III empenho, liquidação e pagamento da folha de pessoal no mês, no valor de R$ 60 mil;

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/CNPQ/2024)

IV recebimento de bem em doação no valor de R$ 100 mil;
V empenho e liquidação referentes à aquisição de veículo no valor de R$ 40 mil, metade paga a vista e metade inscrita em restos a pagar.
A partir das informações precedentes, julgue o item a seguir, considerando as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

O resultado orçamentário do exercício (ROE) apurado no balanço orçamentário é nulo.

(CEBRASPE/CNPQ/2024)

No balanço financeiro, o saldo para o exercício seguinte é de R$ 20 mil.

(CEBRASPE/CAU-BR/2024)

Pagamentos realizados para a aquisição de instrumentos patrimoniais de outra entidade são considerados fluxos de caixa das atividades de financiamento para fins de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

(CEBRASPE/MPE-TO/2024)

A demonstração dos fluxos de caixa deve ser elaborada pelo método direto e deve evidenciar as alterações de caixa e os equivalentes de caixa verificados no exercício de referência, classificados em fluxos de atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

SLIDES PARA REVISÃO (COMPLEMENTAR)

Prof. Gilmar Possati

155

#1 Reconhecimento Inicial

Estratégia Concursos

Saiba o que entra no custo dos estoques, imobilizado e intangível adquirido separadamente!

O **custo inclui**: preço de compra; tributos não recuperáveis; Frete (transporte); Seguro; Manuseio; Outros custos diretamente atribuíveis (honorários, preparação do local, remoção)

Não entra no custo (é VPD): descontos comerciais, abatimentos, custos administrativos, perdas anormais...

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

156

#2 Bases de Mensuração

Bases do Ativo		Bases do Passivo
Custo Histórico (E, GO, Es)		Custo Histórico (E, GO, Es)
Valor de Mercado (E/S, O, N)*		Valor de Mercado (E/S, O, N)*
Custo de reposição/substituição (E, O, Es)	⟷	Preço Presumido (E, O, Es)
Preço líquido de venda (S, O, Es) "lisões"	⟷	Custo de liberação (S, O, Es) "lisões"
Valor em uso (S, NO, Es) "Só nóis"		Custo de cumprimento (E, NO, Es) "é nóis"

E – Entrada; S – Saída; GO – Geralmente Observável; Es – Específica; O – Observável; NO – Não observável
* quando o mercado é aberto, ativo e organizado

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

#3 Definições das Normas

Exemplos:

Equivalentes de Caixa = aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em valor e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

Propriedade p/ Investimento = propriedade mantida para auferir receitas de aluguel ou para valorização do capital, ou para ambas, e, não para uso ou venda.

Estoques são ativos:

a) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos no processo de produção;

b) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou distribuídos na prestação de serviços;

c) mantidos para venda ou distribuição no curso normal das operações; ou

d) em processo de produção para venda ou distribuição.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

#4 Reconhecimento de VPAs/VPDs

Sempre no momento do fato gerador.
Fato gerador da VPA Tributária = lançamento da receita orçamentária
Fato gerador da VPD = regra geral na liquidação da despesa orçamentária

VPD antes da liquidação = 13º Salário;
VPD após a liquidação = Suprimento de fundos (prestação de contas); Uso de material de consumo.

#5 Reconhecimento/Mensuração Ativos

- **Reconhecimento = atender à definição + confiabilidade na mensuração do valor**

Qualquer "parada" recebida em transação sem contraprestação = valor justo
Ex. Estoque/imobilizado/intangível recebido em transação s/ contraprestação = valor justo

- As **DISPONIBILIDADES** são mensuradas ou avaliadas pelo **valor original**, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.
- As **APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA** são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

#5 Reconhecimento/Mensuração Ativos

- **DIREITOS, TÍTULOS DE CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES** são mensurados ou avaliados pelas respectivas bases de mensuração de ativos e passivos, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Quando **prefixados**: **ajustados a valor presente**. Quando **pós-fixados: ajustados considerando-se todos os encargos incorridos** até o encerramento do balanço. Atualizações\ajustes apurados vão para **contas de resultado**.

- **ESTOQUES** = Regra: custo histórico ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

Exceções:
a) bens almoxarifado = custo médio ou PEPS;
b) Estoques p/ distribuição gratuita = custo histórico ou custo corrente de reposição, dos dois o menor.

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

#5 Reconhecimento/Mensuração Ativos

- **IMOBILIZADOS:** Mensuração inicial = custo de aquisição/produção/construção
  - Obtidos a título gratuito = valor justo;
  - Bens de uso comum do povo:
    a) ativos de infraestrutura = custo de aquisição/produção/construção;
    b) bens do patrimônio cultural = reconhecimento/mensuração facultativos.

Mensuração subsequente = modelo do custo ou reavaliação

- **INTANGÍVEL:**

Adquirido separadamente = custo de aquisição;
Gerado internamente:
a) Fase de pesquisa = VPD (despesa);
b) Fase de Desenvolvimento = ativado
Mensuração subsequente = modelo do custo ou reavaliação

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

#6 Transações Sem/Com Contraprestação

Transação Sem Contraprestação "Estado Soberano"	Transação Com Contraprestação "Estado Empresa"
Tributos, Multas, Doações, Transferências Voluntárias	Venda de bens, prestação de serviços, royalties, dividendos

⇩

Maior parte das VPAs

Mensuração:
Regra = valor justo
Tributos = melhor estimativa (enquanto não efetivamente arrecadados)

Mensuração:
Regra = valor justo
Incertezas = gera VPD (não ajuste)

Receitas Derivadas | **Receitas Originárias**

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

#7 Provisões

- ✓ Definição: **Provisão é um passivo de prazo e/ou valor incerto;**
- ✓ Mensuração: **melhor estimativa** da saída de recursos;

	Saída de recursos		
	Provável	Possível	Remoto
Reconhecimento Contábil (BP)	**Sim**	**Não**	**Não**
Divulgação em Notas Explicativas	**Sim**	**Sim**	**Não**

- ✓ Passivos Contingentes e Ativos Contingentes não são reconhecidos no BP!
- ✓ São alvo de registro em contas de controle do PCASP (classes 7 e 8).

Reconhecimento

D – VPD Provisão X (-PL)
C – Provisão X (+P)

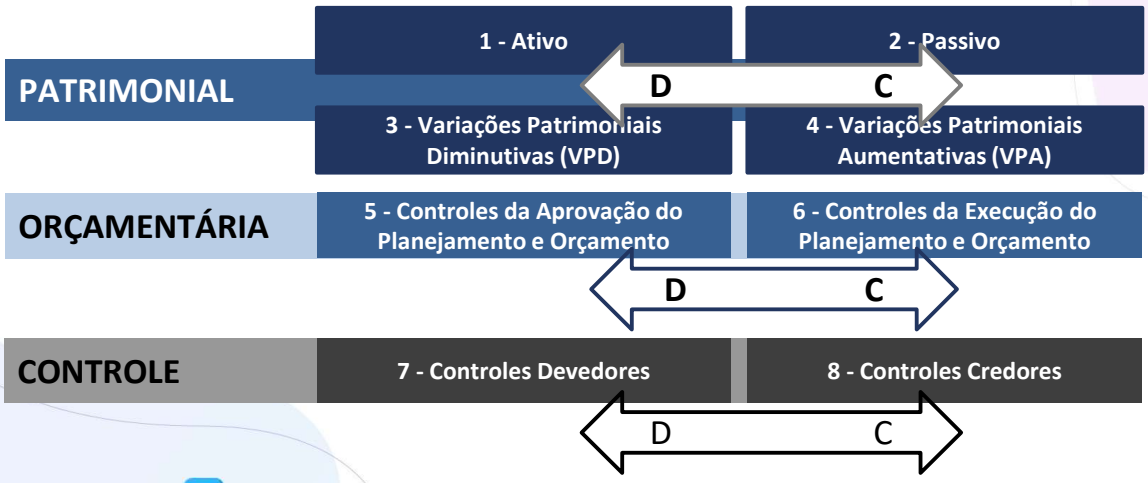
Reversão

D – Provisão X (-P)
C – VPA Provisão X (+PL)

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

#8 PCASP

OS LANÇAMENTOS DEVEM DEBITAR E CREDITAR CONTAS QUE APRESENTEM A MESMA NATUREZA DE INFORMAÇÃO.



@profgilmarpossati @canalcontabilizando

#9 Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP)

- Balanço Orçamentário (BO)
- Balanço Financeiro (BF)
- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração da Mutação no Patrimônio Líquido (DMPL)
- Informações Comparativas
- Notas Explicativas (NE)

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

#10 Balanço Orçamentário

Arrecadado
= Realizado
= Executado

Resultado Orçamentário
Arrecadado x Empenhado
A > E = Superávit Orçamentário
E > A = Déficit Orçamentário

Empenhada
= Realizada
= Executada

Resultado Execução Despesa
Fixada/Atualizada x Empenhada
F > E = Economia
F < E = Excesso *
F = E = Equilíbrio
Despesa
* Situação impossível

Resultado Execução Receita
Prevista/Atualizada x Arrecadada
P > A = Insuficiência
P < A = Excesso
P = A = Equilíbrio
arrecadação

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

#11 Balanço Financeiro

Resultado Financeiro
Ingressos x Dispêndios ou confronto dos saldos

RP **IN**scrito = **IN**gresso Extraorçamentário
RP Pago = Dispêndio Extraorçamentário
I > D = Resultado Financeiro Positivo

Atenção! Não é Superávit Financeiro
O SF é calculado no balanço patrimonial

PCASP! Classes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
Orçamentários		**Orçamentários**	
Receitas Correntes		Educação	
Receitas de Capital		Saúde	
		(...)	
Transferências Recebidas		**Transferências Concedidas**	
Cota		Cota	
Repasse		Repasse	
Sub-repasse		Sub-repasse	
Ingressos Extraorçamentários		**Dispêndios Extraorçamentários**	
Ingressos de Depósitos		Devolução de Depósitos	
Inscrição de Restos a Pagar		Restos a Pagar Pagos	
Disponibilidade do período anterior		**Disponibilidade para o período seguinte**	
Total		**Total**	

SEA + ingressos – dispêndios = SES

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

#12 Balanço Patrimonial

Estratégia Concursos

Saldo Patrimonial

- Estrutura da Lei 4.320 (ênfase nos aspectos orçamentários)

Financeiro x Permanente

Financeiro = **independe** de autorização orçamentária

Permanente = **depende** de autorização legislativa

- Estrutura das Normas (ênfase nos aspectos patrimoniais)

Circulante x Não Circulante

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

#13 Demonstração das Variações Patrimoniais

Estratégia Concursos

Resultado Patrimonial

VPAs x VPDs

VPAs > VPDs = Superávit Patrimonial

VPDs > VPAs = Déficit Patrimonial

- PCASP! Classes 3 e 4
- Resultado Patrimonial não é um indicador de desempenho
- NBC TSP 11: forma de apresentação das VPDs = natureza ou função.
- Estrutura do PCASP detalha VPDs conforme a abordagem da **natureza** (obrigatório)

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

#14 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Atividades Operacionais: Ingressos e desembolsos relacionados com a ação pública

Receitas Correntes; Remuneração Disponibilidades; Outras Receitas Derivadas/Originárias; Transferências recebidas/concedidas; VPD Pessoal; Juros e Encargos da Dívida.

Atividades Investimento: aquisição e à alienação de ativo não circulante, adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos.

Atividades Financiamento: recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos (obtidos); Integralização capital social (empresas dependentes)

Juros e Dividendos

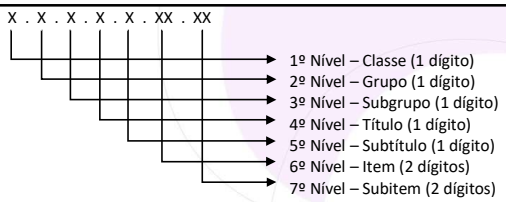
Juros pagos ou recebidos: atividades operacionais
Dividendos recebidos: atividades de investimento
Dividendos pagos: fluxo das atividades de financiamento

Métodos

MCASP = Direto
NBC TSP 12 = Direto ou Indireto (incentiva o direto)

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

#15 Consolidação



5º Nível (Subtítulo) – Consolidação		
x.x.x.x.1.xx.xx	CONSOLIDAÇÃO	Compreende os saldos que **não serão excluídos** nos demonstrativos consolidados do OFSS.
x.x.x.x.2.xx.xx	INTRA OFSS	Compreende os saldos que **serão excluídos** nos demonstrativos consolidados do OFSS do **mesmo ente**.
x.x.x.x.3.xx.xx	INTER OFSS – UNIÃO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do OFSS de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e a União.
x.x.x.x.4.xx.xx	INTER OFSS – ESTADO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do OFSS de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um estado.
x.x.x.x.5.xx.xx	INTER OFSS – MUNICÍPIO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do OFSS de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.

Consolidação Nacional: inclui 1; exclui "tudão" (INTER e INTRA)!
Consolidação do Ente: inclui 1, 3, 4, 5; exclui dígito 2 (INTRA)

“Não é inteligência, não é sorte, não é destino! As nossas conquistas são frutos de muito esforço e determinação!”

~Possati

@profgilmarpossati

@profgilmarpossati @canalcontabilizando

OBRIGADO!

Instagram: @profgilmarpossati
Telegram: @canalcontabilizando
Canal You Tube: Contabilizando

Prof. Gilmar Possati

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Prof. Carlos Henrique

175

Estratégia Concursos

ZAP: 21 988787600

INSTA: @PROFCARLOSHENRIQUERLM

176

(SEFAZ – RS - CEBRASPE) Uma dívida de R$ 5.000 foi liquidada pelo valor de R$ 11.250, pagos de uma única vez, dois anos após ter sido contraída. Nesse caso, no regime de juros compostos, a taxa anual de juros empregada nesse negócio foi de

a) 5%.
b) 12,5%.
c) 25%.
d) 50%.
e) 62,5%.

7) Prova: CESPE SEFAZ-RS - Auditor do Estado - Bloco II

Em um bairro nobre de determinada cidade, uma imobiliária colocou à venda vários terrenos: independentemente do tamanho, o preço do metro quadrado é o mesmo para todos os terrenos à venda. Um terreno retangular de 600 m² de área custa R$ 3.240.000. Em outro terreno, também retangular, um dos lados é 25% maior que o lado equivalente do primeiro terreno; o outro lado é 20% menor que o lado equivalente do primeiro terreno.

Nesse caso, o preço do segundo terreno é igual a

a) R$ 1.458.000.

b) R$ 3.240.000.

c) R$ 3.402.000.

d) R$ 3.078.000.

e) R$ 3.564.000.

181

Prova: **CESPE - SEFAZ-RS - Auditor do Estado - Bloco II**

Pedro tem uma dívida que pode ser paga à vista por R$ 5.100. Ele recebeu uma proposta do credor para pagar em duas parcelas de R$ 2.700, uma à vista e outra daqui a um mês.

Nesse caso, a taxa de juros mensal envolvida nesse parcelamento é de

a) 11,1%.

b) 12,5%.

c) 5,9%.

d) 6,3%.

e) 10%.

182

183

184

185

CEBRASPE (CESPE) - Técnico Judiciário (TJ PR)

Amélia, aposentada do INSS, fez um empréstimo consignado, no valor de R$ 2.000, a determinada taxa de juros compostos ao mês, para ser pago em 2 anos. Sabe-se que, se o empréstimo fosse feito nas mesmas condições, mas para ser pago em 1 ano, Amélia pagaria o montante de R$ 3.000.

Nesse caso, o montante real pago por Amélia ao final dos 2 anos foi

a) inferior a R$ 4.300.

b) superior a R$ 4.300 e inferior a R$ 4.700.

c) superior a R$ 4.700 e inferior a R$ 5.100.

d) superior a R$ 5.100 e inferior a R$ 5.500.

e) superior a R$ 5.500.

186

187

188

Para quitar uma dívida que apresenta na data de hoje o valor de R$ 77.000,00, um empresário deverá efetuar um pagamento de P reais daqui a um ano e outro de 2P reais daqui a 2 anos. Considerando o critério do desconto racional composto a uma taxa de 8% ao ano, obtém-se que P é igual a

a) R$ 27.000,00
b) R$ 29.160,00
c) R$ 30.326,40
d) R$ 31.492,80
e) R$ 32.659,20

189

190

191

192

SISTEMA FRANCÊS

CH pegou um empréstimo no banco TOFER-RADO no valor de R$ 33.100,00 para ser pago em 3 prestações anuais e iguais com juros de 10% ao ano. A primeira prestação é paga 1 ano após a tomada do Empréstimo.
Dado: $(1 - 1{,}1^{-3})/0{,}1 = 3{,}31/1{,}331$

n	Juros	Amortização	Prestação	Saldo devedor
0	-	-	-	33100
1	3310	10.000	13.310	23100
2	2310	11.000	13.310	12100
3	1210	12.100	13.310	-
TOTAL	6.830	33.100	39.930	

193

194

195

SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO CONSTANTE (SAC)

CH pegou um empréstimo no banco TOFER-RADO no valor de R$ 30.000,00 para ser pago em 3 prestações anuais e iguais com juros de 10% ao ano. A primeira prestação é paga 1 ano após a tomada do Empréstimo.

n	Juros	Amortização	Prestação	Saldo devedor
0	-	-	-	30.000
1	3.000	10.000	13.000	20.000
2	2.000	10.000	12.000	10.000
3	1.000	10.000	11.000	-
TOTAL	6.000	30.000	36.000	

196

197

198

A empresa NOSFERATU CONCURSOS contrai um empréstimo no valor de R$ 160.000,00 deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se R$ 34.936,00 para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se S representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então

a) 81% ≤S < 82%
b) 80% ≤S < 81%
c) 79% ≤S < 80%
d) 78% ≤S < 79%
e) 77% ≤S < 78%

199

200

201

202

Mariana, uma jovem empreendedora, deseja comprar um equipamento cujo valor é de R$ 200.000,00 utilizando o Sistema de Amortização Constante-SAC. O banco financia esse equipamento em 100 meses, a uma taxa de 2% ao mês, juros compostos. Assim, a trigésima sexta prestação a ser paga será de:

a) R$ 3.600,00
b) R$ 4.000,00
c) R$ 4.800,00
d) R$ 4.400,00
e) R$ 5.000,00

203

204

205

206

Cecília desconta um título de crédito com valor nominal de R$ 36.000,00 40 dias antes do seu vencimento, segundo as regras do desconto bancário, à taxa simples de desconto de 6% ao mês.

Sobre a operação de Cecília, houve cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), com alíquota simples de 3% ao ano. Houve ainda a cobrança de uma taxa fixa de serviço bancário de 1%.

Sabendo-se que essas duas cobranças incidiram sobre o valor nominal do título de Cecília. Podemos deduzir que o valor que Cecília recebeu foi de:

a) R$ 32.320,00
b) R$ 32.520,00
c) R$ 32.820,00
d) R$ 33.600,00
e) R$ 33.940,00

209

210

OBRIGADO!

Prof. Carlos Henrique

211

Estratégia Concursos

212